

# Transições juvenis num contexto de (pós-)acolhimento

Maria João Leote de Carvalho e Hugo Cruz

*«As experiências afetivas ocorridas na infância revelam-se de extrema importância para o desenvolvimento do sujeito e muito particularmente de um sentido interno de segurança pessoal, não podemos descuidar os diferentes contextos de vinculação que o sujeito vai percorrendo ao longo do ciclo de vida e o impacto que estes poderão ter na transformação de modelos construídos acerca de si próprio e do mundo» (Matos & Costa, 1996, p. 51).*

Qual o papel reservado às instituições de acolhimento após o termo da execução da medida de promoção e proteção e saída dos jovens para o exterior? Como tornar o acompanhamento pós-institucional de crianças e jovens uma realidade? Que recursos acionar e quais as estratégias a seguir para atingir este fim? O Centro de Acolhimento Temporário Casa do Canto, em Ansião, identificou e decidiu aprofundar estes desafios através da execução do Projeto «Project'Arte» apoiado, desde 2012, pela Fundação Calouste Gulbenkian, no âmbito do Programa Crianças e Jovens.

Assente numa forte componente de inovação, que rompe com a prática tradicional no sistema de promoção e proteção, esta equipa construiu, implementou e vem a avaliar uma resposta especificamente vocacionada para a transição e acompanhamento na comunidade à medida que as jovens cessam a medida de acolhimento. Na base da intervenção está uma mudança paradigmática na visão sobre o seu papel técnico neste processo, o que levou à transformação e consolidação da própria instituição como centro de recursos central na rede de suporte das jovens pela criação da *Estrutura de Apoio e Acompanhamento da Casa do Canto*. Na sua origem, a necessidade de promoção de um processo de autonomização assente numa rede de suporte familiar e social que assegure uma transição para o exterior consolidada e adequada às necessidades, interesses e expectativas de cada jovem. O texto que nos propõem nesta brochura é uma breve, mas consistente, reflexão sobre alguns dos caminhos trilhados neste projeto, abrindo portas para uma discussão que é absolutamente fulcral incrementar, tanto do ponto de vista social como científico, sobre a natureza das transições juvenis em contexto de acolhimento. É um desafio complexo que remete para a eficácia e sucesso da execução das medidas de promoção e proteção

num tempo atravessado por uma consciência social crescente sobre as dificuldades de obtenção do estatuto de adulto, que resultam no adiamento do reconhecimento da maturidade social (Pappámikail, 2010; Galland, 2011).

A citação de abertura para este texto não é, obviamente, uma opção aleatória. Quando se fala da transição de jovens de uma situação de acolhimento em instituição para o exterior, sobretudo para autonomia de vida, emerge a necessidade de atender às formas individuais como este processo é vivido e resolvido em função de vários determinantes, como os padrões de vinculação, as condições instrumentais de vida, o desenvolvimento cognitivo, emocional e social, entre outros. Os laços entre o jovem, família e a instituição constituem a trama mestra que enforma este processo e a sua relação tem sido pouco estudada (Gaspar, 2014).

A saída da instituição constitui sempre um momento de rutura, de separação que pode reativar momentos anteriores do trajeto de vida das crianças e jovens e criar fortes impasses no desenvolvimento de um sentido de segurança pessoal que lhes permita fazer frente aos desafios de retorno à família de origem e/ou de autonomização. De um adulto espera-se o estabelecimento de relações estáveis, estruturadas e saudáveis, e o desenvolvimento de competências no domínio da autoavaliação, planeamento da vida a longo prazo, num plano de autorregulação e equilíbrio entre as componentes emocionais e cognitivas. Muitos dos jovens acolhidos em instituição não têm referências positivas da infância que remetam para modelos de adultos na família com estas

características. As situações traumáticas vividas no seu passado (e até no presente) têm impactos inegáveis no desenvolvimento cognitivo, emocional, social e comportamental e projetam-se, muitas vezes, no futuro.

De uma forma geral, uma transição no ciclo vital humano implica acontecimentos de vida que colocam o indivíduo em crise – estrutural, funcional e emocional – no seu sistema pessoal; uma mudança nos pressupostos de si próprio e sobre o mundo que requer uma correspondente mudança no próprio comportamento e relação (Campos, 1993). Dentro dos diversos contextos de vida, estes pressupostos podem ser categorizados como normativos e não normativos, ou seja, esperados e previsíveis, ou pelo contrário inesperados e imprevisíveis. As transições juvenis assentam numa adaptação a um acontecimento normativo, com tarefas inerentes expectáveis, sendo que a especificidade de tal se verificar num contexto de acolhimento confere a esta vivência aspetos não normativos e, por isso, com um grau de exigência maior. Lidar com tudo o que implicam exige um conjunto de reorganizações pessoais e relacionais, mais ou menos profundas, consoante as características do indivíduo e do tecido social onde se insere. Devem ser encaradas como fases que tomam diferentes formatos ao longo da vida concretizando-se em desafios distintos, potenciadoras de desenvolvimento na perspetiva «de reorganizações qualitativas dentro e entre sistemas biológico, emocional, cognitivo, comportamental e social, com base em processos

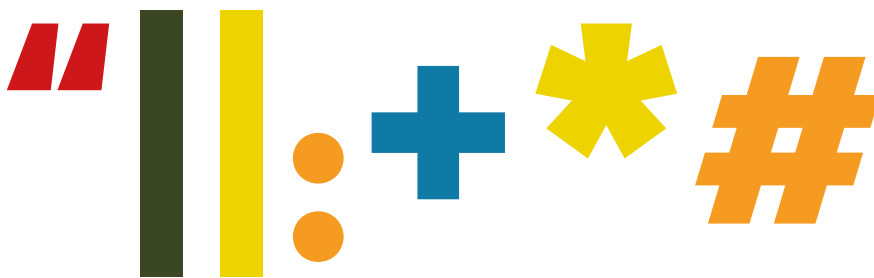
de diferenciação e subsequente articulação, integração hierárquica e (re)organização» (Soares, 2000, p. 20).

A grande tarefa a resolver por um adolescente no sentido de ser um jovem adulto autónomo, passa incontornavelmente, pela resolução do processo de separação-individação. Para construir a identidade autónoma o jovem necessita de um afastamento da família de origem no sentido de perceber quem é e como funciona. Para esta tarefa é muito importante a existência de uma base segura que sirva de referência na construção identitária, situação que se complexifica nos jovens acolhidos em instituição onde a família tende a não corresponder a este modelo recaindo nas equipas técnica e educativa a função de assegurar este papel. A ausência de uma efetiva retaguarda familiar ou rede social de apoio na comunidade de origem é o maior constrangimento que atravessa os quadros de vida destas crianças e jovens e que está na base da aplicação da medida de acolhimento em instituição (Martins, 2004). A transição progressiva para o exterior tem que ser trabalhada de dentro para fora da instituição e a sua qualidade e eficácia dependem da coesão e da estrutura de planeamento, ou seja, da importância que se dá ao trabalho diário, às atividades e aos programas oferecidos no microsistema institucional (Carvalho & Cruz, 2015). É a partir de uma plataforma de vinculação segura que um indivíduo atinge a segurança necessária para explorar o mundo que o rodeia, conhecendo-se neste processo a si e ao outro. Contudo, esta tarefa tem assumido, nas últimas décadas na sociedade

ocidental, diferentes contornos. Desde o final do século XX que as transições juvenis são mais incertas e complexas. Desde logo, os jovens devem permanecer integrados no sistema de ensino durante mais tempo na procura de graus de formação mais elevados, atrasando a sua integração no mercado de trabalho que, por sua vez, se tornou simultaneamente mais exigente do ponto de vista das habilitações, mas também mais precário e instável em termos de previsibilidade e planeamento de carreira. A flexibilidade é, cada vez mais, uma exigência do tempo presente aliada à capacidade de gestão permanente de imprevistos, incertezas e riscos. Estes fatores acabam por se refletir, em muitos casos, num maior grau de dependência relativamente à família de origem e por mais tempo. É hoje comum os jovens saírem de casa dos pais apenas no final dos estudos e/ou em situações, tendencialmente mais escassas, de integração profissional consistente. São realidades com contornos muito significativos na sociedade portuguesa em comparação com outros países europeus (Pappámikail, 2010). A chamada *geração boomerang*, assim genericamente designada nos Estados Unidos da América, é um reflexo das dinâmicas e mudanças sociais na contemporaneidade, fruto do presente momento histórico caracterizado por uma instabilidade social e transformação no mercado de trabalho, o que obriga, muitas vezes, os jovens a voltarem a necessitar do apoio dos pais e a retornarem a casa da família de origem ou a ela solicitarem um conjunto de diferentes apoios sociais e financeiros.

Vive-se, por isso, uma autonomização mais tardia, aos mais diversos níveis, por parte dos jovens adultos em comparação com um passado relativamente recente. Perante os novos contornos da realidade social, se existem obstáculos e maiores dificuldades nas transições juvenis de uma forma geral é de esperar que os jovens acolhidos em instituição tenham de enfrentar os mesmos e acrescidos problemas de especial complexidade decorrentes da sua situação específica de afastamento da família de origem na transição pós-acolhimento. A principal questão é saber se todos os jovens que viveram numa ou em várias instituições, durante larga parte da sua ainda curta vida, reúnem as condições para seguir em frente sem qualquer enquadramento ou oportunidade de manter algum suporte do sistema. Não constituirá esta exigência uma contradição e desigualdade

de oportunidades relativamente aqueles que não estiveram privados de crescer em ambiente familiar? Esta é uma questão que urge tornar visível e discutir mais profundamente pela responsabilidade que Estado e comunidades têm que assumir nos percursos daqueles que se encontram em situação de maior vulnerabilidade pessoal e social. Vários estudos nacionais e internacionais apontam que muitos jovens, no momento de saída das instituições, não estão preparados para uma vida ativa, autónoma e independente (Martins, 2004; Gomes, 2005; Gaspar, 2014), tal como acontece no seio de muitas famílias com filhos das mesmas idades. Tendo em conta os seus percursos de vida, vários estudos alertam para o facto de situações de negligência, abusos e maus tratos vividas na infância e juventude serem um indicador que dificulta o desenvolvimento de competências cognitivas, emocionais e



comportamentais essenciais num processo de autonomização (Rosemary & Madelyn, 2009; Stott, 2013; Oşvat & Marc, 2013). Desde logo, é indispensável perceber que a própria situação de acolhimento residencial pode ser contraproducente no que se refere à criação de condições que geram uma estrutura após a saída, revelando o jovem, muitas vezes, uma rede de suporte social muito frágil ou até inexistente. As condições do acolhimento podem, de certa forma, inibir o desenvolvimento da autonomia centrando-se acima de tudo na dimensão da proteção deste jovem. Assim, numa situação de pós-acolhimento, o jovem tem ainda que gerir as ideias preconcebidas relativamente a indivíduos que estiveram integrados no sistema de promoção e proteção e que ativam os medos inerentes a uma transição desta natureza. Apesar deste enquadramento, a situação destes jovens, sendo socialmente complexa, não é, felizmente, irreversível. É desejável que, no âmbito da execução de uma medida de promoção e proteção, seja desenvolvida uma intervenção que intencionalmente estimule a autonomia tendo em conta as características específicas dos percursos de vida das crianças e jovens considerando cada caso em particular. Existe um conjunto de recomendações unanimemente apontadas por diversas investigações que constituem uma inspiração relevante para trabalhar a transição no pós-acolhimento (Martins, 2004; Gomes, 2005; Gaspar, 2014; Carvalho & Cruz, 2015).

É muito importante que, ao longo do tempo em que crianças e jovens estão acolhidas em instituição, e de acordo com a sua situação jurídica, sejam estimuladas relações com pessoas externas ao sistema: amigos, família alargada, outros adultos significativos da comunidade. Neste sentido, defende-se que, em vez de independência que passe a usar o conceito de interdependência, considerando que no momento de saída da instituição o jovem estará necessariamente interdependente de outros, como qualquer outro jovem de idade similar (Rosemary & Madelyn, 2009). Este reposicionamento requer mudanças do ponto de vista das políticas públicas neste domínio. Um aspeto basilar é que o apoio a estes jovens seja garantido no tempo, permitindo uma transição faseada e mais adequada, nomeadamente, pela constituição e reforço de uma rede de suporte social, incluindo familiar, que se constitua como uma efetiva retaguarda relacional e instrumental. Necessidades relacionadas com habitação, educação, saúde e emprego são das mais prementes nesta fase. A existência deste pilar é crucial para que os fins da execução da medida de promoção e proteção aplicada possam ser assegurados com a plena integração social, construída no quotidiano e em permanência, desde a sua entrada na instituição. Neste sentido, a saída e a fase pós-acolhimento têm de ser entendidas como uma experiência integradora em *continuum* que leva à reconstrução permanente de experiências pessoais, gerida em torno das expectativas e possibilidades de agir



do jovem relativamente ao seu futuro nos mais diversos campos da vida social. A dinâmica conflitual e dificilmente harmoniosa entre dependência e autonomia, entre individual e social coloca às instituições um conjunto de desafios sobre o papel a assumir em fase pós-acolhimento.

Aos jovens acolhidos em instituição tende a ser exigido um esforço acrescido para ultrapassar as barreiras que se levantam no acesso a diversos campos sociais (habitação, educação, mercado de trabalho entre outros) pela acumulação de vulnerabilidades que sofreram nas suas vidas. Para muitos, a transição para a vida adulta tende a acontecer mais cedo do que para a maioria dos pares da mesma idade, mas de diferentes origens sociais. Esta situação é agravada em contextos marcados pela crise económica, pelo aumento das taxas de desemprego, de pobreza e de exclusão social entre os jovens, tal como tem vindo a acontecer em Portugal (Carvalho & Cruz, 2015).

Um elemento relevante no centro desta discussão prende-se com a idade. Mais vezes do que seria desejável, parece estar difundida a ideia de que, pelo facto de se ter atingido a maioridade civil, aos 18 anos, os problemas e obstáculos são de pronto ultrapassados pela mera transição de um estatuto jurídico de «*menor*» para o de «*adulto*». Esta situação justifica, em larga medida, a fraca visibilidade da discussão e interesse sobre esta matéria (Gaspar, 2014), por se assumir, à partida, que se trata de um problema de adultos, desvalorizando-se os contornos específicos dos percursos e

vivências em respostas sociais reservadas pelo Estado aos casos mais graves de vulnerabilidade e perigo social vividos na infância e juventude.

Estudos recentes sobre o sistema nacional revelam que a entrada e a saída da instituição, o abandono da família e as amizades com técnicos e pares na instituição são os momentos mais marcantes na vida dos jovens em acolhimento (Gomes, 2005; Gaspar, 2014). No entanto, fica também claro que a instituição tende a 'desaparecer' das vidas de muitos dos jovens acolhidos sendo reduzidas as possibilidades de manutenção de contactos e afetos com técnicos e pares (Gomes, 2005).

Se é verdade que, num misto de sentimentos contraditórios e ambivalentes em relação à família e à instituição, no momento da saída, muitos jovens desejam e procuram tornar efetivo o afastamento à instituição, verbalizando frequentemente querer alcançar maior liberdade, também é verdade que, em muitos casos, é à instituição, isto é, aos adultos e aos seus pares, que tendem a voltar num primeiro momento de necessidade de contacto, de suporte ou apoio material ou afetivo.

Importa reconhecer que, informalmente, muitas instituições e técnicos acabam por fazer o acompanhamento pós-acolhimento e assegurar, da melhor forma possível, que os laços estabelecidos continuem a ser promotores do desenvolvimento dos jovens e a mais adequada integração social. Vários estudos com jovens colocados em instituições revelam que o período de vivência no seio das mesmas foi o melhor período da sua infância e





juventude, nas palavras dos próprios, o que releva o papel cometido às equipas técnicas e educativas de reorganização de laços afetivos e da vinculação, que permanecem e se desenvolvem em diferentes direções após a sua saída para o exterior (Arpini, 2003). Neste âmbito, importa não descurar a relação entre pares, que ao ser mantida em fase pós-acolhimento pode também, por si mesma, vir a constituir um recurso de grande valor para o trabalho institucional.

Os adultos que exercem funções numa instituição, assumindo o seu papel de cuidadores, são decisivos e responsáveis pela construção de um mundo interior securizante em cada jovem devendo os mesmos ter a noção que não são completamente neutros: as suas ações estão ancoradas num quadro de valores existenciais e quem intervém deve ser ética e socialmente comprometido com o impacto e os resultados produzidos. A promoção da confiança

é um fator chave (Hawkins-Rodgers, 2007). É, pois, essencial a existência de um adulto de referência, significativo para o jovem, relação que deve ser desenvolvida ao longo do processo de acolhimento e não apenas de forma estruturada no momento da saída. É igualmente importante que a criança e jovem tenha acesso a outras formas de se relacionar e outros membros e estruturas da comunidade além da instituição, para que possa existir outro tipo de referências e se dê espaço ao desenvolvimento de confiança no outro e de esperança no futuro, contrariando a desconfiança básica justificada pelas situações vivenciadas. A falta de investimento dos outros (família nuclear, família alargada, outros adultos significativos) pode inibir o desenvolvimento social e económico na vida adulta. Deve constituir objetivo do trabalho no microsistema institucional que esta perceção seja enfraquecida e não bloqueie o desenvolvimento de

recursos internos e externos que os jovens adultos necessitam. Para este fim, é significativa a criação de suportes à (re)construção das memórias de cada jovem (portefólio, livros, textos, álbuns de imagens, entre outros), em especial dos ‘espaços em branco’ na sua vida para que possam ser trabalhados ao nível da gestão de sentimentos e emoções (Gaspar, 2014). O desenvolvimento de autoestima e de esperança no futuro acontece na relação com os outros pelo que, no pós-acolhimento, deve ser possível, com o apoio adequado, ter a possibilidade de ter alguém, a quem se possa pedir ajuda para resolver impasses, obter conselhos, saber como ter dinheiro emprestado para a renda ou outras necessidades, ser convidado para jantar, passar férias ou festejar uma data importante como acontece com qualquer outro jovem. Não se pode deixar de questionar que são exatamente os jovens mais vulneráveis na sociedade portuguesa aqueles a quem, muitas vezes, o sistema acaba por fragilizar ainda mais com respostas rígidas e formatadas, sem ter em conta a individualidade das necessidades colocadas em causa.

A transição dos jovens para uma fase pós-acolhimento é, pois, um enorme repto não só dirigido a todos os que intervêm diretamente nesta área, mas também, de modo especial, às famílias e comunidades. É um desafio atual e pertinente, com especificidades próprias que decorrem da complexificação da vida social e do alongamento da fase da juventude no tempo presente (Galland, 2003; Pappamikail, 2010). Não se trata só de pensar que esta transição é assegurada apenas por uma inserção

profissional ou continuidade de estudos e formação; pelo contrário, tem de ser pensada em função de um leque muito diverso de necessidades pessoais e sociais constituídas em termos relacionais. Menos ainda pode ser considerada numa forma de perpetuação indefinida da dependência do jovem relativamente à instituição; a sua autonomização e o desenvolvimento de relações saudáveis são os objetivos a atingir.

As instituições de acolhimento, no âmbito do que é a sua missão, têm de potenciar ambientes de vida com base na estabilidade relacional, funcional e instrumental, tentando preparar as crianças e os jovens para os desafios que os processos de transição, muito especificamente para a autonomia e idade adulta exigem. Estes desafios devem ser encarados por todos os intervenientes numa perspetiva construtiva como potenciadores de mudança e oportunidades, como tempos e espaços que visam o crescimento pessoal e o desenvolvimento de adultos mais capazes de lidar com a participação na vida social. Um investimento sério no acompanhamento pós-institucional é uma medida preventiva com elevado retorno assegurado pelos resultados que traz tanto a nível individual como societal. Deste modo, termina-se este texto desejando que a experiência da Casa do Canto possa servir de inspiração a outras equipas e instituições que, no seu quotidiano, se deparam com dificuldades e desafios similares na intervenção que desenvolvem com jovens que acolhem.





# Referências bibliográficas

**Arpini, M. D. (2003).** Pensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 23(1), pp. 70-75.

**Campos, B.P. (1993).** Consulta Psicológica nas Transições Desenvolvimentais. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 9, pp. 5-9.

**Carvalho, M.J.L. (2015).** «Rehabilitating and educating for responsible autonomy: two sides of a path to personal and social well-being». In R. Carneiro (Ed.). *Youth, offense and well-being: Can science enlighten policy?* Lisboa: CEPCEP – Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, pp.-227-252.

**Carvalho, M.J.L. & Cruz, H. (2015).** «Promoção da Autonomia em crianças e jovens em acolhimento em instituição». In Carvalho, M.J.L.; Cruz, H. & Salgueiro, A. (Eds.) *Autonomia: desafios e práticas no acolhimento de jovens em instituição*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano, pp. 4-15.

**Galland, O. (2011).** *Sociologie de la Jeunesse*. 5.e edition, Paris: Armand Colin.

**Gaspar, J. (2014).** *Os Desafios da Autonomização: Estudo Compreensivo dos Processos de Transição para Diferentes Contextos de Vida, na Perspetiva de Adultos e Jovens Adultos Ex-Institucionalizados*. Tese de Doutoramento em Psicologia da Educação, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

**Gomes, M.P. (Coord.) (2005).** *Percursos de vida dos jovens após a saída de Lares de Infância e Juventude*. Centro de Estudos Territoriais do ISCTE – IUL (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa Lisboa: Instituto de Segurança Social, IP).

**Hawkins-Rodgers, Y. (2007).** Adolescents adjusting to a group home environment: a residential care model of reorganizing attachment behavior and building resiliency. *Children and Youth Services Review*, 29, pp. 1131-1141.

**Martins, P.C. (2004).** *Protecção de crianças e jovens em itinerários de risco representações sociais, modos e espaços.* Tese de doutoramento em Estudos da Criança Braga: Universidade do Minho.

**Matos, P.M. & Costa, M.E. (1996).** Vinculação e Processos Desenvolvimentais nos Jovens e Adultos. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 12, pp. 45-54.

**Oşvat, C. & Marc, C. (2013).** The Socio Professional Integration of the Institutionalized Youngsters. *Revista de Asistentă Socială*, pp. 113-124.

**Pappámikail, L. (2010).** Juventude(s), autonomia e Sociologia, *Sociologia, Revista do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XX, pp. 395-410.

**Rosemary, J.A. & Madelyn, F. (2009).** You're all grown up now: Termination of foster care support at age 18. *Journal of Adolescence*, 32, pp. 247-257.

**Soares, I. (2000).** «Introdução à Psicopatologia do Desenvolvimento: questões teóricas e de investigação». In Soares, I. (Coord.) *Psicopatologia do Desenvolvimento: trajetórias (in)adaptativas ao longo da vida.* Coimbra: Quarteto Editora.

**Stott, T. (2013).** Transitioning youth: Policies and outcomes. *Children and Youth Services Review* 35, pp. 218-227.

